

## O NEOLIBERALISMO DE F. A. HAYEK: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Carlos Lucena<sup>1</sup>

Adriana Cristina Omena dos Santos<sup>2</sup>

Lurdes Lucena<sup>3</sup>

Robson Luiz de França<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo analisa o pensamento de Hayek e sua influência na formação dos trabalhadores. Recupera os princípios da teoria dos fenômenos complexos exposta na segunda fase da obra de Hayek, demonstrando os limites apresentados por uma sociedade movida pela lógica do mercado e o darwinismo social.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo – Hayek – Darwinismo Social – Teoria dos fenômenos complexos

### Abstract

This article analyzes Hayek's thinking and his influence on the training of workers. Recovers the principles of the theory of complex phenomena exposed in the second phase of Hayek's work, demonstrating the limits presented by a society driven by the logic of the market and social Darwinism.

**Key-words;** Neoliberalism - Hayek - Social Darwinism - Theory of complex phenomena

### 1. Introdução

As reflexões dos Professores Carlos Lucena, Lurdes Lucena e Robson França sobre o tema “Neoliberalismo” não são novas. O Prof. Carlos Lucena publicou em 2011 um livro intitulado “Hayek, liberalismo e Formação Humana” publicado pela Editora Alínea. Em outro livro denominado “Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil, publicado em 2004, pela Editora Autores Associados de Campinas, o Prof. Carlos Lucena também dissertou sobre o neoliberalismo e seus impactos no trabalho e formação dos trabalhadores. Um conjunto de artigos científicos foram publicados nas Revistas Histedbr On Line da Unicamp e Educação e Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia caracterizam esta afirmação. As reflexões aqui

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação Unicamp. Pós-doutorado em Educação Ufscar. Professor Titular da Faculdade de Educação da UFU. Bolsista de Produtividade e pesquisa nível 2 do CNPQ. Pesquisador do Histedbr. Pesquisador da Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação do PPGED/Faced/UFU

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Unicamp. Professora Adjunto IV da Faculdade de Educação – UFU.

<sup>3</sup> Doutora em Educação UFU. Professora de Ensino Superior na Esamc.

<sup>4</sup> Doutor em Educação Unesp. Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Titular da Faculdade de Educação da UFU. Pesquisador do Histedbr. Pesquisador da Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação do PPGED/Faced/UFU

propostas, acrescidas das considerações das Profas. Adriana Cristina Omena dos Santos e Maria de Lurdes Almeida e Silva Lucena, compõem este artigo científico.

## 2. Liberalismo e conhecimento tácito

A reorganização da produção capitalista com ênfase na retomada dos princípios liberais implica na construção de estratégias voltadas à intensificação do trabalho e das formas de exploração. Anunciam-se formas empresariais de exploração máxima das capacidades dos trabalhadores, entre as quais se anunciam a tentativa da conquista das subjetividades do trabalho, das utopias e, em especial, o domínio do conhecimento tácito do trabalho. Essas estratégias não representam o fim da resistência e luta contra a domesticação do trabalho, mas, ao mesmo tempo, colocam desafios aos trabalhadores e suas representações políticas.

O conhecimento tácito<sup>5</sup> se formula pelas relações dos trabalhadores com as com o cotidiano de trabalho através da *experiência*, uma formulação humana e histórica manifesta no presente através dos aprendizados do passado presente no trabalho concreto. Este é um conhecimento que não é neutro, o contrário, expressa percepções, aprendizados, interpretações, resistências e continuidades referentes à produção capitalista.

Desenvolvemos nossos estudos dando ênfase à crítica às concepções empresariais de apropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores. Percebemos estratégias de domesticação dos trabalhadores através da construção de formas elaboradas do seu envolvimento com os interesses das empresas, visões de mundo e concepção de progresso

---

<sup>5</sup> Santos (1997: p. 15) afirma que em meio à fragmentação da fábrica, existe no trabalho concreto, entre trabalho prescrito e trabalho real, um espaço em que o saber é necessariamente colocado em questão. Um espaço em que as soluções criadas pelos trabalhadores são fundamentais para que a produção se efetive. O trabalho convoca a inteligência de cada trabalhador, do coletivo do trabalho na descoberta, na aprendizagem, no desenvolvimento e na produção de saberes. A divulgação e o aprendizado do conhecimento tácito ocorrem informalmente, através das relações no cotidiano fabril. Um conhecimento restrito ao fazer, pois o seu domínio é condição fundamental para a concretização do processo produtivo. É um lembrete do fazer ao saber, pois aponta a dependência e os limites do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, a afirmação de que os homens são essenciais no trabalho. Ele existe independente da escola formal, pois se constrói de uma forma empírica, através de um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a máquina. Aranha (1997: p. 14) define o conhecimento tácito do trabalhador como um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável o que dificulta a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo, tanto em âmbito produtivo, como improdutivo. O cotidiano do trabalho apresenta incertezas técnicas e organizacionais que obrigam o trabalhador a adotar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. O trabalhador modifica constantemente o conteúdo do trabalho, a tarefa, a utilização da ferramenta, a administração do tempo, etc. O conhecimento tácito é a fonte onde o trabalho real se alimenta e se efetiva.

social. O que nos preocupa é a problematização das origens epistemológicas do conceito de competência oriundo do pensamento empresarial. Entendemos que essa concepção de competência voltada ao ajuste produtivo tem suas origens a partir das reflexões de F. A. Hayek, especialmente na segunda fase de sua obra marcada pelo desenvolvimento da "Teoria dos fenômenos complexos".

Esta teoria se desenvolveu em uma segunda etapa epistemológica do pensamento de Hayek, ocorrida na primeira metade dos anos 50 do século XX, quando se afasta gradativamente de sua interlocução com a Escola de Compreensiva representada por Dilthey, Rickert, Weber, Croce e Collingwood responsáveis pelos fundamentos voltados à elaboração de sua obra célebre "O caminho da servidão" e se aproxima dos princípios popperianos (neo) positivistas de interpretação da sociedade. A marca dessa aproximação se deu no aprofundamento e questionamento das diferenças existentes nas formas e possibilidades de investigação das ciências naturais e de alternativas para a validação das ciências humanas.

A teoria dos fenômenos complexos é fundamental para a problematização do conhecimento humano manifesto em competências e formas de agir profissional no cotidiano da vida. Hayek se aproxima de Michael Polany, irmão mais novo de Karl Polany, argumentando a existência de um conjunto de conhecimentos importantes e, ao mesmo tempo, desorganizados que não se pode chamar de conhecimento científico em sentido geral: o conhecimento das circunstâncias particulares do tempo e do lugar. Entende que o homem não pode tomar decisões à base de um conhecimento limitado pelos acontecimentos de seu ambiente imediato. Em termos econômicos, a tomada de decisões necessita do conhecimento do conjunto de relações de comércio presente em todo o sistema econômico.

Manter a ordem numa sociedade complexa, portanto, depende de permitir aos seres humanos a liberdade para "interagir uns com os outros por iniciativa própria – sujeitos somente às leis aplicáveis uniformemente a todos." Restrições gerais que se aplicam de modo amplo a cada membro da sociedade emergem sem o direcionamento de uma autoridade centralizada. Esse conceito de ordem espontânea é fruto do cruzamento do conhecimento científico de Polanyi com o processo de mercado.

Este conceito é central para a problematização do pensamento empresarial nas últimas décadas. A busca do equilíbrio apontada por Hayek em termos macro-econômicos é utilizada como princípio de uma estratégia empresarial no local de trabalho voltada à organização da produção industrial, através de formas de "integração dos trabalhadores"

ao processo produtivo. O princípio toyotista baseado no trabalho polivalente é complementado por iniciativas empresariais embasadas em uma teoria econômica liberal de inspiração hayekiana voltada à integração dos indivíduos ao processo produtivo: trabalhadores entendidos como manifestantes de inteligências coletivas individuais com missão de elevar a reprodução do capital.

Para Hayek, as inteligências coletivas ao atuar socialmente proporcionam a evolução de toda uma sociedade. Esse conceito é apropriado pelas empresas como forma de envolvimento dos trabalhadores com os seus objetivos. Em âmbito macro-econômico é o mercado que deve provir as ações das inteligências coletivas. Em âmbito do cotidiano da produção capitalista, são as empresas responsáveis por potencializar as ações coletivas dos trabalhadores. A condição para a materialização do “evolucionismo mecanicista” proposta tanto por Hayek, como pelos seus seguidores implicam na ação dos seres humanos para a reprodução do capital, em outras palavras, eficiência ao serviço dos homens de negócios.

Entre as formas de manifestação das inteligências coletivas estão presentes as estratégias de incorporação do conhecimento tácito dos trabalhadores. Este conhecimento, por ser manifesto em um espaço de disputa, transforma-se em um processo a ser controlado e transformado exclusivamente aos interesses das empresas. Para Hayek, quando um trabalhador passa por um treinamento, depois de terminado a parte teórica da instrução, se inicia a parte mais importante da formação profissional, o aprendizado das tarefas específicas e o conhecimento das pessoas que estão a sua volta, das condições locais e as circunstâncias específicas. Conhecer e por em uso uma máquina, aproveitar a experiência de alguém para resolver problemas que interrompam a continuidade produtiva são tão importantes quanto o conhecimento de técnicas alternativas para o uso dessas mesmas máquinas.

A percepção do conhecimento tácito e das inteligências coletivas apresentadas por Hayek (1983) tem uma dimensão idealista quanto a sua operância na sociedade. Quando problematizamos a relevância do conhecimento tácito, verificamos suas preocupações girarem em torno apenas da continuidade produtividade, uma divisão social do trabalho que não rompe com a lógica alienante do trabalho. Isso se explica pela distinção entre a teoria e a prática, a ação e a execução, o saber e o fazer. Essa concepção aponta o conhecimento tácito nas fronteiras do “fazer despolitizado”: uma valorização positivista

da função social que tem suas bases em uma noção de “experiência profissional despolitizada”.

Esta dimensão idealista do presente no pensamento de Hayek sofre contraponto nas reflexões marxianas referentes ao trabalho e seu processo de valorização. Marx diz em O Capital que o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Marx discute em os Grundrisse que para o Capital utilizar o Trabalho no processo de sua valorização, não basta a existência do capitalista enquanto personificação dos meios de produção e de subsistência, é necessário que tenha ocorrido um processo histórico de dissolução de todas as relações que possibilitem o trabalhador operar enquanto proprietário. Com efeito, são eleitos 4 (quatro) principais pressupostos históricos norteadores dessa afirmação assim apresentadas: dissolução da relação do trabalhador com a terra enquanto indivíduo ou como membro de uma comunidade; dissolução das relações em que o trabalhador se apresenta enquanto proprietário de um instrumento; dissolução das relações em que o trabalhador é proprietário dos meios de subsistência durante o processo produtivo; dissociação das relações em que o trabalhador ainda faz parte das condições objetivas de produção (trabalho servil, escravo) posto que para o capital o trabalhador não é uma das condições objetivas da produção, apenas o trabalho o é.

Marx aponta ainda os "Grundrisse", que ao contrário dos outros modos de produção, o capital não se apropria do trabalhador, mas do trabalho, mediado pela troca. Inserido na trama de relações sociais capitalistas, o processo de trabalho é ao mesmo tempo processo de produção de mais-valia. O proprietário dos meios de produção compra do trabalhador o direito de usar sua capacidade de trabalho por um determinado período de tempo. O trabalho se materializa na mercadoria em um duplo caráter. Como valor de uso, a mercadoria é produto do trabalho concreto, como valor de troca, fruto do trabalho abstrato.

Há de se observar algumas questões. Marx afirma em O Capital que a capacidade física e a destreza do trabalhador impõem limites à exploração da força de trabalho que o capital singular sente como necessidade vital para responder às demandas tanto da ampliação do mercado como para fazer frente à concorrência de outros capitalistas. Por outro lado, depende de certo número de trabalhadores hábeis para fazer o controle da

produção. Para superar essa relação de dependência em relação à habilidade do trabalhador, que exige, inclusive, um controle de natureza subjetiva do trabalhador, o capital revoluciona o instrumento de trabalho.

Essas mudanças implicam na construção por parte do capital de estratégias voltadas para o controle do trabalhador, condição fundamental para a problematização das formas de apropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores. O que afirmamos é que o reino das "inteligências coletivas" propostas por Hayek e incorporadas pelo pensamento e ação empresarial não é livre como aparenta ser, até porque mesmo a ciência não o é, pelo contrário, constituindo-se em um espaço de dominação do homem pelo homem. Em outras palavras, inteligências coletivas a serviço dos interesses da reprodução do capital e concentração de riquezas.

Hayek (1964) critica a concepção dos indivíduos como átomos isolados e desde logo prontos para a ação, propondo que são seres humanos determinados por sua existência social. Mesmo sendo condicionados pelo ambiente da sociedade, acredita que não há outro meio de debater os fenômenos sociais senão por meio da compreensão das ações individuais direcionadas às outras pessoas e guiadas por suas expectativas. Critica também as concepções globalistas de sociedade defensoras da coletividade existentes independentemente dos indivíduos.

### 3. Concluindo

O que Hayek problematiza em a “Teoria dos Fenômenos Complexos” é a dimensão da complexidade da vida e a atuação de indivíduos múltiplos na sociedade. Essa é uma afirmação que deve ser vista com cuidados. A complexidade é entendida como um todo em disputa e contradição do qual o singular explica o geral e o geral explica o singular. Um não é exemplo do outro, o contrário, mas sim, se tocam e se transformam em algo novo

Esta é a base do entendimento do sentido da individualidade em Hayek. Indivíduos múltiplos e heterogêneos, cuja heterogeneidade é condição fundamental para uma contínua pressão nas forças políticas potencializando através do mercado condições equitativas para a existência humana. O entendimento da concepção liberal apontada por Hayek: a negação radical da *igualdade social*, responsável, no seu entendimento, por um atrofiar do intelecto humano e a pertinência da *equidade social*, condição fundamental para a superação dos limites humanos e da inteligência.

Essa dimensão da totalidade de sujeito compostos por indivíduos múltiplos implica em uma lógica de percepção da sociedade à qual estabelece relações de liberdade a quem não tem. A burguesia capitalista torna o homem e a natureza meios de produção voltados à acumulação do capital através da exploração radical do trabalho concreto e abstrato. Essa é uma ação humana de dimensão classista voltada a um processo de mundo expresso no presente com prerrogativas, expectativas e ações para o futuro.

É nesse sentido, a nossa dificuldade em perceber a economia como pressuposto de uma atuação complexa e múltipla dos sujeitos oferecendo fundamentos para a defesa da equidade social e a negação da igualdade. Até porque essa não é uma relação neutra, mas sim expressa por disputas e lutas de classe com visões de mundo distintas.

Hayek entende o sistema econômico formado por relações entre indivíduos compostos de mentes altamente complexas não representadas por uma mente em particular, mas sim por mentes coletivas. Aproxima-se de Adan Smith ao defender o princípio da “mão invisível” como pressuposto para atuação dos indivíduos na sociedade. O mercado é entendido como uma ordem espontânea, não hierárquica e coordenada, condição fundamental para o funcionamento do sistema econômico, influenciando milhões de seres humanos em um mesmo período.

As empresas recuperam esses conceitos na tentativa de formar propostas de atuação de micro-mercados manifestos de inteligências coletivas voltadas à continuidade produtiva. Esse é o sentido da liberdade expressa na formação de sujeitos autônomos: a continuidade produtiva. Na educação de seres humanos, é a partir daí que se define o princípio da criticidade: criticidade não mais voltada pela capacidade de tomada de decisões quanto ao presente e possibilidades de emancipação para o futuro, mas sim criticidade voltada a atributos para pertencer à ordem e os interesses da reprodução do capital.

Essas são questões fundamentais para a problematização da dialética entre o conhecimento tácito, experiência profissional e seres humanos como átomos complexos. Quando articulamos a experiência como pressuposto fundamental para a recuperação do conhecimento tácito, entendemos que a percepção da sua complexidade só é possível através da problematização da totalidade do trabalho expressa na dinâmica do capitalismo monopolista nas últimas décadas, no qual o particular se explica no geral e vice versa. Nesse processo, composto de mediações, rupturas e conflitos, a percepção do conhecimento tácito se dá através das transformações na organização técnica da produção

capitalista que por sua vez se explicam pelas transformações no mundo do trabalho que impactam nas formas humanas de viver e sentir a vida.

Percebemos formas idealistas de entendimento do funcionamento do mercado tanto em âmbito transnacional, bem como nas relações cotidianas das empresas também atuantes de forma transnacional. Nas empresas, a adoção parcial do toyotismo concebido sob a ótica da mundialização do capital, dentro de uma estrutura de concorrência capitalista no cenário da crise de superprodução, em diferentes centros industriais do planeta, dependendo do nível de organização e luta classes dos trabalhadores.

O que se verifica é uma aposta radical na economia de mercado como instrumento da liberdade individual. O empresariado acredita no mercado como materialização de sua liberdade incondicional, mas, é prisioneiro das suas deliberações, como se o mesmo fosse movido por forças metafísicas, e não por decisões humanas. Como bem afirma Mello (1999) o capital assume uma dimensão institucional que vai além do controle dos capitalistas, cidadãos ou Estados-Nação, impondo-se sobre os mesmos como um poder autônomo, um fetiche, uma coisa, um sistema.

O que nos incomoda é o próprio sentido do mercado como uma ordem espontânea de relações propostas por átomos sociais que coexistem em seu tempo. Conforme afirmamos, não é uma construção metafísica, mas sim humana, expressão dos conflitos e relações sociais do seu tempo. Porém, o mercado, expressão de relações morais efetivas como afirma Hayek, é negado pela composição desse mesmo mercado. O que perguntamos é qual a composição desse mesmo mercado? Quais são as forças que o mesmo movimenta, quais atores sociais, quais segmentos econômicos? Seria o mercado apenas um palco de trocas legais manifesto em condições equitativas da existência humana como defende Hayek e seus seguidores, ou a sua composição transcende as relações de troca legitimadas pelo Estado, transitando entre aspectos legais e não legais?

A adoção de novas formas de gestão e organização da produção se explica através do movimento transnacional da economia política imposta pela burguesia internacional que constroem imperativos legitimados pela expansão incontrolável do capital que impõem a exploração máxima da força de trabalho. O investimento em capital constante em detrimento do capital variável reduz a velocidade da reprodução do capital, uma vez que a maquinaria industrial se paga através da depreciação. As saídas encontradas estão presentes na adoção de estratégias voltadas para a exploração máxima dos trabalhadores. A eficiência do capitalista está na sua capacidade e inventividade de

assimilação máxima do trabalho na sua dimensão objetiva e subjetiva, transformando o tempo livre, a imaginação e a resistência dos trabalhadores em mais trabalho. Essas iniciativas se consolidam com a antecipação das reivindicações dos trabalhadores incorporando seus anseios e aspirações aos interesses das empresas, bem como, em nível estrutural, à promoção de novas elites que se manifestam em governos eleitos pelos trabalhadores com potencial de promover medidas que prejudiquem os próprios trabalhadores.

É nesse movimento contraditório expresso pela codificação do trabalho concreto manifesto no conhecimento tácito por um lado, e as estratégias dos homens de negócios para a incorporação desse saber por outro, que devemos problematizar suas possibilidades e limites. O conhecimento tácito não é entendido em um sentido reducionista de uma codificação despolitizada, sem princípios ou objetivos, ele é manifestação concreta de resistência e luta de classes dos trabalhadores mesmo não rompendo com a alienação da produção capitalista.

Mesmo o conhecimento tácito permitindo aos trabalhadores realizarem complexas operações fundamentais para a continuidade produtiva, o conhecimento científico e a tecnologia das máquinas permanecem subordinados à engenharia. O fato de os trabalhadores desenvolverem uma série de codificações que constituem um dos pilares da produção capitalista não é suficiente para a perpetuação da sua autonomia, pois não supera a alienação do e pelo trabalho e muito menos os transforma em proprietários dos meios de produção.

Outro aspecto a considerar faz referência à aposta subjetiva das empresas no conhecimento tácito como garantia da continuidade operacional. A gestão empresarial atua como se essa forma de conhecimento não existisse, atribuindo a continuidade operacional apenas às suas normas e procedimentos, pelo conhecimento que é reconhecido. Qualquer acidente do trabalho ou danos ao funcionamento da maquinaria oriundas dessa forma de conhecimento é atribuído como falha humana, incompetência profissional. Em caso de sucesso, todo o mérito é atribuído à engenharia e, em caso de insucesso, como o conhecimento “não existe e não é aceito”, são encarados como obras de desleixo e rebeldia. Resultados do não-cumprimento das normas da empresa, custando a muitos, o emprego, ou a própria vida.

O domínio do conhecimento tácito pelos trabalhadores não é entendido apenas pelo princípio do funcionamento das máquinas. Ele faz parte de uma estratégia de luta no local de trabalho. A defesa contra as constantes investidas da empresa na busca da

sistematização do saber operário. A perpetuação dos segredos presentes na subjetividade do trabalhador, que são passados e transformados de geração para geração de operários, constitui um mecanismo de resistência em que o trabalho vivo resiste ao controle do capital sobre o processo produtivo. O que está em jogo é o controle de decisões-chave no cotidiano da fábrica, intimamente ligadas à continuidade operacional. Essa é uma disputa em que as empresas valorizam o trabalho morto, apostando na eficiência das máquinas como uma forma de sistematizar a subjetividade operária, reduzindo o trabalho vivo. Os trabalhadores ressaltam a importância do trabalho vivo, e a negação da supremacia do trabalho morto.

Os trabalhadores têm como desafio a problematização da “facilitação do trabalho”, as estratégias para a taylorização do saber tácito dos operários que visam o controle e o adestramento da sua força de trabalho. A iniciativa empresarial de taylorização constitui-se na estratégia para a consolidação do idiotismo da profissão baseada na apropriação do conhecimento tácito, neutralizando-o como uma poderosa estratégia de luta contra o capital. A facilitação do trabalho, mesmo com o aumento do nível de escolaridade na fábrica, contraditoriamente atenta a uma (des) qualificação dos trabalhadores que possibilita a multifunção em ocupações cada vez menos elaboradas na hierarquia da empresa.

Entre as iniciativas dos homens de negócios objetivadas no incremento da reprodução do capital, a busca do envolvimento dos trabalhadores com os interesses das empresas se intensifica. Quanto mais as empresas incorporam os interesses dos trabalhadores aos seus, construindo alternativas para que os interesses sejam homogeneizados, consolidam-se os alicerces para que o saber dos trabalhadores se volte contra os próprios trabalhadores, pois é através dele que as empresas sistematizam a produção, elevando as fronteiras do trabalho alienado. O saber dos trabalhadores ao ser codificado deixa gradativamente de ser misterioso e perde o seu potencial de resistência, um dos fundamentos principais da sua qualificação.

É a partir dessas questões que se problematiza a inserção dos trabalhadores, sua qualificação e a importância da educação nesse complexo e contraditório processo. A luta dos trabalhadores passa pela incessante busca do conhecimento, mesmo entendendo que o mesmo não se explica por si só, mas seu maior acesso ou não, se justifica nas mediações da sociedade capitalista.

## Referências

CHESNAIS, F. **Introdução teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho**. SP: Brasiliense, 1981.

HAYEK F. A. El Uso del Conocimiento en la Sociedad – Traduzido da American Economic Review, XXXV, N° 4 (setembro, 1945), **Estudios Públicos**, n. 12, p. 519-530, 1983.

\_\_\_\_\_. **"The Theory of Complex Phenomena" en el volumen The Critical Approach to Science and Philosophy**. Essays in Honor of K. R. Popper, editado por M. Bunge, y publicado por MacMillan Publishing Co., Inc. (1964)

\_\_\_\_\_. "Los fundamentos éticos de una sociedad libre" Exposición en el Ciclo de Conferencias sobre Fundamentos de um Sistema Social Libre. **Estudios Públicos**, Santiago de Chile, abril de 1981.

\_\_\_\_\_. **O caminho da Servidão**. SP: Ed. Globo, 1974.

\_\_\_\_\_. Los principios de un orden social liberal. **Estudios públicos**, v.1, n.6, , 1982.

\_\_\_\_\_. "Los fundamentos éticos de una sociedad libre". **Estudios públicos**, n. 3, 1981.

LAGUEUX, M. 'Ordre spontané' et darwinisme méthodologique chez Hayek. In DOSTALER, G. and ÉTHIER, D., eds., **Hayek: Philosophie, économie et politique**. Montréal, ACFAS, 1988. p. 87-103

LUCENA, C. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, MG: Edufu, 2004.

\_\_\_\_\_. **Hayek, liberalismo e formação humana**. Campinas, SP: Átomo, 2011

\_\_\_\_\_. (org.) **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, SP: Átomo, 2008.

\_\_\_\_\_. Frederick August Von Hayek e a teoria dos fenômenos complexos: uma análise marxista. Educação e Filosofia (UFU. Impresso), v. 25, p. 173-200, 2011.

\_\_\_\_\_.; FRANCA, R. L. ; PREVITALI, F. S. ; SARAMAGO, G. ; OMENA, A. . F. A. VON HAYEK E O CONHECIMENTO TÁCITO: UMA ANÁLISE DAS SUAS CONTRADIÇÕES. Revista HISTEDBR On-line, v. 1, p. 1-17, 2010.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. 119p.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. SP: Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica da educação e do ensino.** Comentário e notas de Roger Dangeville. Portugal: Moraes Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **Capital:** crítica de la economía política. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política; Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. 301p.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política; Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988. 294p.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política, Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984. 305p.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI (inédito) do livro I de O Capital** . São Paulo : Ciências Humanas, 1985. 169p.

\_\_\_\_\_. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Grundisse.** Argentina: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundisse) 1857 ~ 1858.** Volume 2. 10 ed. Siglo Veintiuno Editores, 1985.

\_\_\_\_\_. Grundisse. In Marx K. **Obras Completas:** conseqüências sociais do avanço tecnológico. Edições Populares, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 254p.

\_\_\_\_\_. **Miseria de la filosofía** México: Siglo Veintiuno Editores. 215p, 1987.

\_\_\_\_\_. Prefácio à contribuição para a crítica da economia política. In Marx K. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico.** SP: Edições Populares, 1980.